

Sem citar EUA, Brasil vai à OMC contra tarifaço

Reclamação brasileira teve adesão de outros 40 países

Por Karoline Cavalcante

Durante reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada na última terça (22) e quarta-feiras (23), em Genebra, na Suíça, o embaixador Philip Fox-Drummond Gough, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, criticou o uso de medidas comerciais unilaterais “como instrumento de interferência nos assuntos internos de outros países”. E obteve na queixa o apoio de outros 40 países.

Sem mencionar diretamente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Repblicano) — que anunciou recentemente uma sobretaxa de 50% sobre produtos brasileiros, a vigorar a partir de 1º de agosto —, Gough condenou o que chamou de “tarifas arbitrárias anunciadas e implementadas de forma caótica”.

“Infelizmente, neste exato momento, estamos testemunhando um ataque sem precedentes ao Sistema Multilateral de Comércio e à credibilidade da OMC. Tarifas arbitrárias, anunciadas e implementadas de forma caótica, estão interrompendo as cadeias de valor globais e correm o risco de lançar a economia mundial em uma espiral de preços altos e estagnação”, declarou o diplomata.

Gough ressaltou ainda que o Brasil seguirá priorizando soluções negociadas, mantendo sua aposta em boas relações diplomáticas e comerciais. No entanto, alertou que, diante de um eventual fracasso nas tratativas, o país recorrerá a todos os instrumentos legais disponíveis para proteger a econo-



Daniel Torok/Fotos Públicas

Protesto evitou mencionar diretamente Donald Trump

mia nacional e os interesses da população — incluindo o uso do sistema de solução de controvérsias da OMC, mecanismo previsto para resolver disputas entre os países-membros da organização.

Apoio internacional

Ao encerrar sua fala, o representante brasileiro defendeu uma posição comum entre as economias em desenvolvimento, argumentando que essas nações, mais suscetíveis a práticas coercitivas, devem se unir em defesa do sistema multilateral de comércio baseado em regras. A intervenção do Brasil recebeu apoio imediato de cerca de 40 delegações, incluindo União Europeia, Canadá, Índia, Rússia e China.

Paralelamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone com a presidente do México, Claudia Sheinbaum (Movimento Regeneração Nacional). No diálogo, destacou a importância de

aprofundar os laços econômicos e comerciais entre os dois países, “principalmente diante do atual momento de incertezas”. Ambos os líderes identificaram áreas estratégicas de cooperação, como as indústrias farmacêutica, agropecuária, de biocombustíveis, aeroespacial, além dos setores de inovação e educação.

Já no início da semana, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), havia adiantado que as conversas com Washington foram iniciadas por meio de canais institucionais e “de forma reservada”.

Alternativas

Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada Hanna Gomes, especialista em relações internacionais, observou que o Brasil tem historicamente defendido um sistema de comércio pautado por regras claras, como o da OMC. Para ela, a

adoção de barreiras comerciais com objetivos políticos internos representa uma violação ao princípio da não-intervenção.

“Dessa forma, fica claro que, apesar das tentativas de negociar com o governo americano, implicitamente o Brasil continua buscando outras frentes de comércio, abrindo novas portas com outros parceiros comerciais. Ao que se vê, esse é um movimento global, frente ao protecionismo americano, que pode levar os EUA ao isolamento”, avaliou.

Com o prazo para a aplicação da tarifa se aproximando, Hanna acredita que o governo brasileiro ainda dispõe de instrumentos diplomáticos para tentar um recuo por parte da Casa Branca. “Ou seja, a negociação do Brasil pode ser exigindo o recuo ou o esvaziamento da relação Brasil-EUA, pois estaremos fechados com outras rotas comerciais”, disse. “Dada a instabilidade, é o que se espera”, concluiu.

Bandeira pró Trump na Câmara gera divergência na oposição

Por Gabriela Gallo

Manifestações de parlamentares da oposição geraram desconforto entre congressistas da oposição. Durante uma manifestação da oposição na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado na Câmara dos Deputados, o deputado federal Delegado Caveira (PL-PA) hasteou uma bandeira em apoio ao presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (Repblicano).

O parlamentar teve a ajuda do deputado Sargento Fahur (PSD-PR) para exibir a bandeira, que também exibia a frase “Make America Great Again” (do inglês, “Faça a América Grande de Novo”), famoso slogan da campanha política de Donald Trump que ele adotou em sua primeira eleição (da qual saiu vitorioso) no discurso que iria reestruturar os Estados Unidos.

O ato aconteceu enquanto parlamentares da oposição realizavam uma coletiva, nesta terça-feira (22), criticando veementemente as decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e também a decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em suspender as comissões da Casa até o fim do recesso parlamentar, em 1º de agosto.



Reprodução X/Lindbergh Farias

Caveira e Fahur estenderam a bandeira pró-Trump

A exibição da bandeira durou alguns segundos, e foi interrompida pelo líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), que interveio ao perceber a cena. “Estou te pedindo por favor para não fazer isso. Pode prejudicar”, disse Zucco ao ver a bandeira – que foi hasteada atrás dele.

A ação de Caveira não foi bem avaliada pelos demais congressistas da oposição que estavam presentes, especialmente devido à crise entre o Brasil e os EUA após Donald Trump declarar que irá impor tarifas de 50% em produtos brasileiros a partir do próximo mês. Com

isso, outros parlamentares da oposição presentes no dia tentaram se desvincular do protesto de Caveira. Para o Correio da Manhã, em contato nesta quarta-feira (23), a assessoria de Zucco reiterou que a bandeira pertence ao deputado Delegado Caveira e que ele a levou para a comissão e a estendeu sem consultar os demais parlamentares de seu partido.

Nos bastidores, o presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa, deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), disse que a comissão “não era o local apropriado” para o gesto de protesto de Caveira.

Racha?

Apesar de o ato ter resultado em uma polarização de manifestações de deputados oposicionistas, questionado pelo Correio da Manhã, o consultor de Análise Política da BMJ Consultores Associados Érico Oyama avalia que o ato da bandeira em si não representa necessariamente uma divisão da direita.

“Foi mais um movimento isolado do deputado Luciano Zucco para que os esforços da oposição na tentativa de manter as atividades no Legislativo fiquem centrados em ações ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro. No caso específico, a bandeira foi estendida em um protesto contra a decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta, de suspender o funcionamento das comissões até o fim do recesso. Assim como alguns deputados presentes temiam, a exposição da bandeira ofuscou o tema central da manifestação”, ele afirmou para a reportagem.

Apesar da bandeira favorável a Trump ter sido hasteada por alguns segundos, foi o suficiente para gerar uma reação negativa, o que vem sendo enfatizado por parlamentares governistas. O líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), repudiou o ato em suas redes sociais, acusando os parlamentares de “traidores da pátria”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Ton Molina/STF



Bolsonaristas querem usar Moraes contra Moraes

PL aposta no radicalismo de Xandão para sair do aperto

O ministro Alexandre de Moraes é, veja só, uma das maiores esperanças do bolsonarismo para conseguir sair das cordas e arregimentar apoios no Congresso. Medidas radicais tomadas por Xandão — apelido do integrante do Supremo Tribunal Federal — tem sido usadas pelo PL para despertar o medo de deputados e senadores: tudo na linha do “ama-

nhã, a vítima poderá ser você”.

Tanto que o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), fez questão de ressaltar que mais de 60 parlamentares estão sendo processados no STF. O PL agirá em duas frentes: retomar a luta pelo impeachment de Moraes e tentar fazer andar a proposta de emenda constitucional que acaba com o foro especial.

Barulho

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou novo pedido para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), forme uma comissão iniciar o processo de impeachment do ministro. A chance de a proposta vingar é nula, mas o PL quer fazer barulho.

Fora do jogo

Um pedido anterior de criação de Comissão Especial contra Moraes havia recebido assinaturas de 36 dos 81 senadores, mas algumas acabaram invalidadas, já que os apoios foram dados por suplentes, que não estão mais em exercício de seus cargos.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Decisão está nas mãos do presidente do Senado

Impeachment de Moraes depende de Alcolumbre

Segundo o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), o grupo quer agora obter 41 assinaturas, a maioria dos integrantes da Casa. Mesmo que a meta — considerada difícil pela oposição — seja atingida, haveria um problema: a investigação precisa do aval de Alcolumbre. O processo do impeach-

ment de Dilma Rousseff foi aberto pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, depois que o PT se recusou a barrar uma investigação contra ele no Conselho de Ética da Câmara. Na terça, a Justiça Federal no Amapá autorizou operação contra o segundo suplente de Alcolumbre, Breno Chaves Pinto.

Sem Ciro

O fator Moraes incomoda o Centrão, mas é improvável que o grupo faça coro a iniciativas contra o ministro — muitos parlamentares preferem não comprar briga como STF. Ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, Ciro Nogueira (PP-PI), não assinou o impeachment.

Esperança

Há, entre os bolsonaristas, a esperança de que Nogueira, pelo menos, permita que aliados como o senador Dr. Hiran (PP-RR) engrossem a lista dos que querem o impeachment de Moraes. No PL, a ordem é fazer o máximo de pressão antes do julgamento do ex-presidente.

Efeito Trump

A oposição também trabalha com a expectativa de que as repercussões econômicas negativas do tarifaço de Donald Trump minem os dividendos políticos obtidos pelo governo desde o anúncio das medidas. Vai insistir em responsabilizar o Planalto pela crise.

Culpa de Lula

O prejuízo de empresas brasileiras com as dificuldades de exportação para os Estados Unidos e a demissão de empregados por aqui serão apresentados como consequências de políticas adotadas por Lula — isso, apesar de Trump exigir o fim de processo no STF.